

**A DINÂMICA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA CAPITALISTA NA
AMAZÔNIA**
**THE DYNAMICS OF THE CAPITALIST AGRICULTURAL FRONTIER
IN THE AMAZON**

Eduardo Margarit¹

Francisco José Avelino Júnior²

RESUMO:

A fronteira agrícola capitalista na Amazônia é um espaço em constante transformação, envolvendo diversos processos de territorialização e desterritorialização. A expansão dos circuitos produtivos na fronteira ocorre sob um ambiente de conflitos, que envolve interesses divergentes acerca da (re)estruturação do espaço da fronteira. Todos estes processos passam pela temática da organização do território em rede. O objetivo deste texto é oferecer elementos para a discussão da dinâmica da fronteira agrícola capitalista na Amazônia, a partir de elementos teórico-conceituais que sejam capazes de abranger tamanha complexidade dos processos que envolvem a fronteira. O recorte teórico se inicia por um debate sobre a organização do território em rede. Em seguida, a discussão se situa na reorganização do setor produtivo e sua conformação em circuitos espaciais de produção. Para, por fim, analisar a formação de redes políticas territoriais como recurso ao estudo dos conflitos que envolvem a expansão da fronteira agrícola.

PALAVRAS-CHAVE: Circuitos produtivos; Fronteira agrícola; Redes; Redes Políticas; Território.

ABSTRACT:

The capitalist agricultural frontier in the Amazon is a space in constant transformation, involving several processes of territorialization and unterritorialization. The expansion of the productive circuits on the border occurs in an environment of conflict involving divergent interests regarding the (re)structuring of the space frontier. All these processes involve the territorial organization on networking. The goal of this paper is to provide elements for

¹ Professor temporário do Departamento de Geografia da UFMT. E-mail: eduardo-max@bol.com.br

² Professor Adjunto da UFMS / Campus Três Lagoas. E-mail: chinaufms@hotmail.com

discussion of the dynamics of capitalist agricultural frontier in the Amazon, from theoretical and conceptual elements that are able to cover such complex procedures that involve the border. The theoretical framework begins with a discussion on the organization of the territory in network. Then, the discussion engages in the reorganization of the productive sector and its conformation in spatial circuits of production. To finally analyze the formation of territorial policy networks as a resource to the study of conflicts that involves the expansion of the agricultural border.

KEY-WORDS: Productive circuits; Agricultural border; Networks; Territorial policy networks; Territory.

INTRODUÇÃO

A fronteira agrícola capitalista na Amazônia é produto de uma ordem territorial nacional/global e revela-se como um espaço não estruturado em sua plenitude. Dependendo da forma de apropriação, das relações sociais e dos conflitos e interesses dos grupos aí constituídos, tem-se a formação de projetos políticos distintos, que transformam continuamente a fronteira. Este espaço de manobras e conflitos entre frações do capital e demais grupos, torna-se, portanto, um gerador de alternativas à dinâmica da fronteira (BECKER, 1990). Nesse sentido, é difícil entender o próprio significado dessa dinâmica tal a profusão de contradições inerentes aos mecanismos de reprodução ampliada do capital que ali se apresentam.

Ao analisar tamanha complexidade das atuais relações da fronteira agrícola capitalista surge a insegurança na seleção de conceitos e categorias de análise capazes de atender de forma coerente e concisa esta abordagem. Trata-se de uma necessidade primordial analisar a fronteira sem se ater a uma escala precisa, pré-determinada ou engessada, já que a fronteira é móvel, desloca-se e se expande.

Para tanto, a partir da categoria de redes territoriais é possível oferecer maior dinamismo a esta abordagem, abrangendo processos significativos que ficariam velados, caso fossem adotadas outras categorias de análise.

Compreender a dinâmica regional considerando as redes de alcance global que são tecidas pelo agronegócio, é o ponto de partida para a análise da fronteira agrícola. Entretanto, enquanto as redes oferecem uma forma mais flexível e dinâmica de se entender as relações socioespaciais, esta categoria de análise se torna limitada quando os espaços a serem analisados apresentam-se em descontinuidade com as redes territoriais do agronegócio. Neste momento é preciso mudar o ponto de vista e tentar enxergar “pela outra margem da fronteira”, conforme realizou Cruz (2006). É preciso entender que existem duas faces do atual processo de globalização da economia: uma enxerga a fronteira como um espaço que precisa ser estruturado, desenvolvido e colonizado. A outra vê na fronteira uma ameaça ao seu modo de vida e bem estar social.

É dessa forma, caminhando no limiar da fronteira agrícola capitalista, que este trabalho estrutura seus conceitos e categorias de análise. Para compreender os mecanismos de reprodução ampliada do capital na fronteira agrícola e seus impactos sócioambientais foi necessário buscar categorias de análise que também fossem ampliadas. Portanto, o texto a seguir buscará abranger a dinâmica da fronteira da forma mais ampliada possível, partindo do entendimento da organização do território e do setor agroindustrial em rede, para então analisar a formação de redes políticas territoriais que auxiliarão na compreensão dos conflitos que envolvem a expansão da fronteira agrícola capitalista na Amazônia.

O objetivo do texto é oferecer subsídios para a discussão da dinâmica da fronteira agrícola, a partir de elementos teórico-conceituais que sejam capazes de abranger tamanha complexidade dos processos que envolvem a fronteira. O recorte teórico se inicia por um debate sobre a organização do território em rede. Em seguida, a discussão se situa na reorganização do setor produtivo e sua conformação em circuitos espaciais de produção. Por fim, apresentamos a definição de rede política territorial como recurso ao estudo dos conflitos que envolvem a expansão da fronteira agrícola.

A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM REDE

As redes geográficas são interconexões por onde se estabelecem fluxos materiais e imateriais em diferentes escalas. As redes recobrem a superfície terrestre de forma variada e em grande número, podendo ser visível ou não. Diante da organização do capitalismo as redes são essenciais, cada vez mais complexas e assumem diversas formas (CORRÊA, 1996). A constituição de redes está diretamente relacionada ao desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, que permitiu, entre outras coisas, a integração de mercados regionais ao mercado nacional e global. A efetivação da constituição de uma rede se dá pelos fluxos estabelecidos pela ação humana, assim como as relações sociais e políticas. A criação de infraestruturas como rodovias, ferrovias, aeroportos, gasodutos, geração e transmissão de energia, entre outros, são fundamentais para materializar e viabilizar a constituição das redes.

A expansão das redes confere movimento ao território, já que a estruturação da rede implica em novas territorializações e em contrapartida provoca

desterritorializações, forjando configurações específicas para atender os interesses do capital, e moldando o território através da rede. Isso ocorre porque o território em rede não é uma territorialidade única, mas sim uma unidade e diversidade social. No entanto, é possível pensar a rede como síntese de uma territorialidade desordenada que encerra processos sociais gerais e especificidades das dimensões da sociedade capitalista (HAESBAERT, 2004).

O avanço da fronteira agrícola ocorre no contexto da expansão das redes, integrando novas porções territoriais e sociais aos circuitos produtivos. Entretanto, a integração não é total e isso é proposital, já que é inerente ao capitalismo a desigualdade. Esta “modernização arrasadora”, conforme assinala Haesbaert (1995), visa apenas a funcionalidade e a utilidade do espaço, homogeneizando através de rodovias retilíneas, loteamentos e conjuntos habitacionais padronizados e pivôs de irrigação, em um modelo geometricamente regular, sem a preocupação com o tecido social preexistente. Este processo gera os mais diversos níveis de desterritorialização, e seus consequentes conflitos.

Diante deste modelo de “modernização arrasadora”, emergem grupos excluídos, que não conseguem ter acesso às redes e integram enormes contingentes marginalizados, formando “aglomerados de exclusão”. Portanto, se de um lado a expansão da fronteira agrícola capta novos territórios à rede capitalista global, por outro gera conflitos e acentua as desigualdades, além de arrasar o meio ambiente e as populações locais, dinâmica conhecida como “desterritorialização” (HAESBAERT, 1995).

A fronteira é reflexo da sociedade capitalista, mas possui suas particularidades, representando uma forma diferenciada de organização territorial

(SILVA, 2002). Isso permite a constatação de inúmeros arranjos socioespaciais dissonantes da categoria tradicional de redes geográficas. Porque “não existe homogeneidade do espaço, como, também, não existe homogeneidade das redes” (SANTOS, 1996. p.213). Em áreas de fronteira as redes podem assumir novas formas, revelando territórios fragmentados, mas plenamente integrados à rede, conforme assinala Haesbaert:

A comunicação instantânea globalizada revoluciona a formação de territórios pela configuração de redes que podem mesmo prescindir alguns de seus componentes materiais fundamentais, como os “condutos” ou, simplesmente, dutos. Assim, com uma maior carga imaterial, ou, mais propriamente, combinando de forma muito mais complexa o material e o imaterial, as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização (e não simplesmente de desterritorialização), configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica (HAESBAERT, 2004. p.281).

Esta fragmentação proporcionou a formação de redes exóticas em relação às redes tradicionais. São territórios, descontínuos e fragmentados, conforme destacou Haesbaert, mas que se encontram diretamente conectados em rede com outros territórios nacionais e internacionais. Isso se torna claro quando passamos a analisar o agronegócio sojicultor no Mato Grosso, por exemplo, onde agricultores de pequenas cidades do interior do estado investem diretamente na bolsa de valores de São Paulo, enquanto analisam a cotação da soja no mercado internacional, o que só

se tornou possível devido à evolução nos sistemas de comunicação, principalmente com a internet.

Há ainda casos na Amazônia de localidades fortemente integradas ao sistema global, com fluxos materiais e imateriais mais fortes com outros países do que com centros urbanos mais próximos geograficamente. Isso ocorre por inúmeros motivos, que variam desde o turismo às atividades ilegais, como o contrabando de eletrônicos, ouro, drogas, entre outros, por via aérea ou fluvial (DIAS, 1995).

Se os territórios descontínuos e fragmentados são passíveis de conectar-se à rede global, nada impede que haja a conexão entre dois, ou mais, territórios fragmentados, e/ou, descontínuos (HAESBAERT, 2004). Nesse caso, a rede é capaz de articular, ou dar contiguidade a estes territórios. Exemplo disso é a colonização do Estado de Mato Grosso por migrantes sulistas, que criou um território-rede ao dar contiguidade no Mato Grosso a mesma política de colonização já executada no Sul do país, mais precisamente no oeste paranaense.

Assim como existem territórios fragmentados plenamente integrados ao sistema global, existem aqueles que apresentam as vias, mas que não possuem fluxos. Isso pode ocorrer pela ineficiência da via, onde, por exemplo, uma estrada não pavimentada impede o fluxo de pessoas e mercadorias de forma fluida. Concomitante à ineficiência das vias ocorre a ausência ou a pouca presença de mecanismos de assistência e administração do Estado, reforçando a ideia de descontinuidade.

É no limiar entre o território em rede e sua descontinuidade que está a fronteira agrícola capitalista, que se apresenta em grandes áreas da Amazônia brasileira, vinculada a uma prática de fragmentação política e estratégica de

espaços regionais e/ou locais, por meio de interesses privados nacionais e internacionais, integrados em redes territoriais. Dessa forma, o território funciona como fonte de recursos naturais e sociais, de apropriação política, simbólica e jurídica da natureza (e do seu uso) e de arranjos sociais que se transformam ao longo do tempo. Além disso, o território pressupõe organização em rede, ou seja, uma dimensão historicamente mutável em que se revelam não apenas o território de um determinado grupo social, mas o embate entre territorialidades conflitantes (SILVA, 2002).

Por fim, vale ressaltar também que as redes são globais, mas também são locais, conforme afirma Santos (1996), ou seja, nem toda a rede está conectada à lógica global, e pode possuir sua própria lógica interna. Entretanto, estas redes estão sujeitas às frequentes transformações, principalmente em áreas de fronteira, onde novas ordens externas trazidas pelos vetores hegemônicos podem desordenar a rede local em favor da lógica global, revelando assim, a vertente perversa da globalização.

A ORGANIZAÇÃO DO SETOR AGROINDUSTRIAL EM REDE

A agricultura brasileira passou por uma intensa transformação nas últimas três décadas, capitaneada pela globalização da economia, que levou a uma reestruturação produtiva, principalmente dos cultivos destinados à exportação. A associação da agricultura com a indústria e o capital financeiro deu origem aos complexos agroindustriais (CAIs). Este processo promoveu mudanças também nas formas de organização do espaço agrícola, transformando-se fundamentalmente em um território em rede para atender os interesses do agronegócio. Portanto, diante da

organização do território e da sociedade em rede, se torna impossível uma análise do processo produtivo capitalista sem observar a sua organização também em rede (SILVEIRA, 2005).

Segundo Santos (1988), as tradicionais relações cidade-campo e a clássica noção de rede urbana não contextualizam a complexidade das relações sociais na atualidade, principalmente do setor produtivo. As relações de produção expandiram-se para além das regiões, alcançando o contexto nacional e internacional. Diversas empresas instaladas hoje no interior do país, longe dos grandes centros urbanos, mantêm fortes relações comerciais com diversas outras cidades do Brasil e do mundo. Ou seja, a localização da empresa não pressupõe que suas relações precisem se dar apenas em âmbito local ou regional. Graças à expansão e modernização das redes é possível hoje que um produtor de um município no interior de Mato Grosso, por exemplo, compre insumos fabricados em São Paulo, invista na bolsa de Nova York e venda sua produção para a China.

Estas transformações no sistema produtivo tiveram início na década de 1960, quando se intensificaram a modernização da agricultura e as relações da agricultura com a indústria, dando origem às agroindústrias. Neste período foram intensificadas as exportações, com a introdução em maior escala de produtos como a soja, frutas e carnes, além de seus derivados industrialmente processados: óleos vegetais, sucos de frutas, aves e bovinos. Na ocasião, as indústrias estavam concentradas junto aos grandes centros urbanos da Região Sudeste, que experimentavam um impressionante crescimento populacional, devido principalmente a grande leva de migrantes vindos do Nordeste (MAZZALI, 2000).

A partir da década de 1970 inicia-se um processo de desconcentração industrial, com o deslocamento gradativo dos empreendimentos dos grandes centros urbanos para o interior. A agroindústria passa por uma reestruturação produtiva, com inovações tecnológicas e a flexibilização do processo de produção e das relações de produção. Neste período afloram relações de maior interação e complementaridade entre as indústrias e outros setores da economia, caracterizando uma “economia de rede”, onde as atividades encontram-se inter-relacionadas. A partir desta complementaridade e inter-relação entre as atividades surge o conceito de “Complexo Agroindustrial” ou como designa a sua sigla: “CAI” (SILVEIRA, 2005).

Até a década de 1970 o Estado era o grande promotor e financiador da economia nacional, processo iniciado na década de 1930 com Getúlio Vargas. Segundo Mazzali (2000), ainda na década de 1970, as intervenções do Estado passam a ocorrer no eixo dos financiamentos agrícolas e fomento tecnológico, como mecanismos de articulação dos interesses agroindustriais. Instituições públicas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão (EMBRATER), o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foram responsáveis pelo financiamento e apoio tecnológico estratégicos para o desenvolvimento do setor agroindustrial. Entretanto, na década de 1980, a crise fiscal do Estado, ocasionada pela elevada dívida internacional e gastos maiores que a receita, provocou a desarticulação do aparato de regulação estatal, com a redução drástica dos investimentos no setor agrícola e tecnológico.

Desde então, o Estado deixou de ser o promotor e financiador da economia, se adequando a uma ideologia neoliberal com ênfase no “Estado mínimo”. Houve a extinção de diversas instituições e a redução orçamentária de várias outras (MAZZALI, 2000). Entretanto, isso não significou o total desaparecimento ou ausência do Estado na questão da regulação comercial e produtiva. Segundo Paulillo (2000), houve na verdade uma pulverização do poder do Estado em seus diversos setores (secretarias, agências, comissões, institutos, entre outros), sob o aspecto de um pluralismo reformado das redes de poder, ou seja, uma fragmentação do Estado. Em momentos de crise o Estado ainda intervêm, atuando como elemento fortalecedor do mercado e continua sendo o promotor da organização espacial, reforçando a sua participação nas decisões econômicas estratégicas.

Devido às transformações ocorridas no setor agroindustrial nas últimas três décadas, com a redução da interferência do Estado, a transferência gradativa dos grandes centros para o interior, as inovações tecnológicas, a interdependência e complementaridade das atividades, a flexibilização do processo de produção e a intensificação da circulação de capital, informação e mercadorias surge a necessidade de novos aportes teóricos capazes de compreender a complexidade do sistema produtivo atual. Segundo Mazzali (2000), Paulillo (2000) e Silveira (2005), o conceito de “Complexo Agroindustrial” já não abrangeria todas estas temáticas, sendo necessárias novas formulações teórico-conceituais envolvendo o conceito de redes.

Nesse sentido, Santos (1988) oferece uma proposta a partir da análise dos “circuitos espaciais da produção”. Segundo ele, as especializações espaciais,

oriundas da distribuição de atividades nos lugares e da divisão territorial do trabalho, revelam uma dimensão relativamente estática. Para entender a dinâmica do território é necessário analisar os fluxos existentes, por isso, sob o aspecto dos circuitos espaciais da produção se torna possível estabelecer análises mais dinâmicas e abrangentes.

O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais da produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final (SANTOS, 1988. p.49).

Desta forma, o processo de reorganização agroindustrial teria resultado em uma superação dos “complexos” para dar lugar a “circuitos”, intrínsecos à noção de redes. Associados aos circuitos produtivos estão os círculos de cooperação, que são representados pelos fluxos de capital, informações, mensagens, ordens, entre outros. Assim, as cidades representam nós fundamentais da rede, para onde estes fluxos convergem e se superpõem (SANTOS, 1994).

A estratégia do capital é unir através dos círculos de cooperação entre as diversas empresas o que o recente processo de reorganização territorial do sistema produtivo havia separado, com a distribuição das atividades em diversas empresas e lugares. Os circuitos espaciais da produção associados aos círculos de cooperação atuam de forma complementar e revelam usos diferenciados de cada território,

permitindo a compreensão de suas escalas variáveis, desde a regional até a global (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Portanto, diante da amplitude e complexidade do agronegócio na atualidade é necessário ampliar também os conceitos. Desta forma, a análise dos “circuitos” oferecerá um maior entendimento de todos os aspectos do agronegócio, seus fluxos e fluxos, que promovem o atual processo de reprodução ampliada do capital. Aplicado à pesquisa em áreas de fronteira agrícola é possível identificar as transformações em curso sob a ótica da ordem territorial nacional/global, assim como revelar interesses e estratégias de territorialização do agronegócio na Amazônia.

REDES POLÍTICAS TERRITORIAIS

Os circuitos produtivos são dotados de cada vez mais conhecimento e informação, provocando uma reorganização de todo o circuito e conseqüentemente dos territórios nacionais e do espaço global. Com isso, multiplicam-se as redes, reestruturando as relações espaço-temporais. Neste contexto, o Estado perde gradativamente a capacidade de controlar os fluxos das redes, já que o processo de globalização da economia limita os mecanismos de regulação do Estado. Deste modo, o neoliberalismo vai favorecer o surgimento de novas estratégias de articulação de interesses. Surgem assim, associações, convenções, ONGs, instituições, entre outras alianças para alcançar objetivos comuns (BECKER, 1999).

Em áreas de fronteira agrícola, onde as contradições e os conflitos são exacerbados e o Estado é ainda mais ausente em seus mecanismos de regulação, as alianças da sociedade se fortalecem, configurando redes políticas territoriais.

Assim sendo, as redes que adjetivamos de “políticas” surgem de uma dinâmica associativa e são constituídas por fluxos de recursos políticos, sob uma pertinência territorial (LIMA, 2005). Logo, segundo Silva:

Rede Política Territorial é uma arena de atores-redes que promove troca de recursos de poder através de vínculos e alianças entre si, cujos efeitos de suas ações se verificam no território, requalificando-o a partir de estratégias, interesses, conflitos e resistências entre os atores (SILVA, 2011. p.25).

Para compreender este conceito é necessário analisar alguns aspectos. O primeiro deles é o significado da palavra “política”, que não envolve apenas os atores juridicamente instituídos por voto para exercer tal função junto à administração pública. Ela é formada por cidadãos em busca de um bem comum. Isso não significa que nas redes políticas não estejam presentes relações de poder e hierarquias, elas podem não estar visíveis, mas são inerentes à organização das redes políticas. A política é também a união dos desiguais, a organização da sociedade, a associação, enfim, a convivência em sociedade, e não há política que não envolva interesses, estratégias e conflitos (SILVA, 2011).

A ascensão de redes políticas ocorre em resposta à ineficiência da atuação do Estado na regulação do território, cuja estratégia perpassa a negligência na atuação na organização do espaço para viabilizar a expansão do agronegócio, que age como elemento estruturador da fronteira. Segundo Lima (2002), a ascensão de redes políticas também ocorre em resposta à atuação do poder hegemônico, à formação do poder e de um contra-poder. Sua origem se encontra no vácuo deixado pela ausência ou insuficiência dos mecanismos do Estado na gestão do território, ou

diante de uma crise da política, pela falta de representatividade de seus atores mediante os interesses da sociedade que os elegeram.

Para entender a rede política é necessário analisar os seus fluxos, componentes abstratos e muitas vezes difíceis de serem percebidos. Entretanto, o que está implícito em uma rede política é o que Santos (1996) considera essencial para que a rede não passe de uma mera abstração. Portanto, é necessário analisar mensagens, valores, ordens, direção, disposições, regulamentos, dentre outros elementos que estão presentes nas redes e sem os quais a compreensão das redes seria limitada, já que ela envolve não apenas aspectos materiais, mas também sociais, políticos e culturais.

Outro aspecto significativo que deve ser considerado ao se realizar uma análise das redes políticas é a escala em que elas acontecem. As redes políticas configuram-se territorialmente, se inserindo em arranjos escalares preexistentes e revelando outros. Tal constituição de escalas é produto de escolhas e ação orientada dos atores. O resultado de tal política de escala revela a rede política e vice-versa. Isso porque política de escala constitui uma estratégia que articula espaço e poder, ampliando a visibilidade de conflitos territoriais e o jogo de interesses diversos (LIMA, 2005).

Neste contexto, a rede política é “uma estratégia de coordenação de fluxos de comandos e decisões, capaz de formar uma arena política e lhe conferir visibilidade, requalificando um dado território” (LIMA, 2005. p.128). Desta forma, a rede política ganha uma pertinência territorial, já que devidamente organizada e adquirida visibilidade, a rede política pode ganhar novos adeptos rapidamente e atuar em um

determinado território, ou estender sua escala de atuação territorial, encerrando processos de organização do espaço e de produção do território.

De acordo com Raffestin (1993), a constituição do território se dá através do trabalho do homem sobre um determinado espaço, modificando-o e moldando-o de acordo com os seus interesses. É neste contexto que as redes políticas emergem para (re)qualificar o território a seu favor. Isso porque, o território já pressupõe alianças da sociedade, assim como suas relações de poder, que vão além do poder institucionalizado.

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (RAFFESTIN, 1993. p.7).

Portanto, a configuração de um território pode se dar por influência de atores diversos. A conformação desses atores em redes políticas serve para ampliar e fortalecer o domínio sobre o território, estabelecendo bases ainda mais estáveis e articuladas com outras instâncias político-territoriais para a efetivação de seus interesses. Com isso, redes locais podem se formar de modo integrado às redes regionais, nacionais e transnacionais, (re)configurando o território, para que ele possa atender a uma determinada lógica.

As lógicas que permeiam os interesses das redes políticas é o que às tornam conflitantes, já que muitas vezes não estão em harmonia com os interesses de todos

os grupos envolvidos em uma mesma problemática territorial. Em áreas de fronteira agrícola estes conflitos são mais visíveis e frequentes, por ser a fronteira um espaço em constante transformação, fazendo com que cada grupo eleja seus interesses como prioritários na re-estruturação do espaço da fronteira.

Interesses conflitantes geram a formação de redes políticas conflitantes, e neste contexto a lógica hegemônica nacional/global da elite dominante se sobrepõe aos anseios da sociedade em geral, principalmente aos dos grupos tradicionais e minoritários. Uma rede política envolvendo atores de diversos municípios inseridos em uma escala regional, por exemplo, pode ser articulada para beneficiar a dinâmica de instalação de um complexo agroindustrial, sem nenhuma preocupação com a provisão de serviços para a população destes mesmos municípios (PAULILLO, 2000).

Sob este aspecto, a constituição de redes políticas com o objetivo de realizar ações que viabilizem o desenvolvimento de atividades ligadas ao setor agroindustrial é predominante na fronteira agrícola. Entretanto, a formação de redes políticas não ocorre apenas entre os atores hegemônicos. A fronteira é repleta de grupos antagônicos. Enclaves territoriais e movimentos sociais são comuns na fronteira, e surgem devido, principalmente, à modificação de configurações territoriais clássicas, permeadas por aspectos históricos, culturais, sociais e antropológicos. Isso ocorre porque, segundo Medeiros:

O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é

sinônimo de dominação, de controle. [...] Negar o território é o risco da crise. O território é pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento (MEDEIROS, 2009. p.217).

Sobrepôr ou suprimir territórios de populações tradicionais, por exemplo, gera conflitos e estimula o surgimento de redes políticas de defesa e luta pela permanência na terra e recriação de modos de vida. Por isso, a fronteira agrícola apresenta-se como foco de movimentos sociais de origem camponesa, indígena e quilombola, assim como palco de violência e assassinatos envolvendo a posse e o uso da terra. Os movimentos de trabalhadores rurais “sem terra” representam de forma expressiva a constituição de redes políticas territoriais, onde há uma clara articulação em rede de trabalhadores envolvidos em uma pertinência territorial.

As contradições e conflitos do território se situam no plano das redes, ou seja, dos fixos e fluxos (objetos e ações) e de seus significados funcionais e simbólicos. Sua singularidade e historicidade derivam do arranjo das redes funcionais, econômicas, técnicas, políticas e culturais (SANTOS, 1996). As redes podem aparecer como elemento separado do ordenamento do território e/ou seu constituinte, conforme nos alerta Haesbaert (2004). Além disso, na sociedade capitalista informacional, as redes constituem um dos principais escopos analíticos do des-ordenamento territorial.

Portanto, é preciso investigar a arena de atores que compõem as redes políticas em áreas de fronteira agrícola. Tais redes se revelam na disposição de meios para fins de atingir objetivos desejados. Devido à conflitualidade destes objetivos compõem-se relações assimétricas entre os diversos grupos. Este

processo sugere conflitos entre arenas políticas forjadas e controladas por determinados atores com interesses divergentes (LIMA, 2005). Desta forma, a análise da constituição de redes políticas em áreas sob o avanço da fronteira agrícola capitalista na Amazônia revela o modelo de expansão e integração de redes territoriais, a fim de viabilizar o desenvolvimento do agronegócio, mediante a lógica global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, obras de grande envergadura na Amazônia estão promovendo amplas transformações e impactos sócioambientais. A pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém), da BR-230 (Transamazônica) e da BR-319 (Manaus - Porto Velho), a construção da ferrovia norte-sul entre Açailândia no Maranhão e Estrela d'Oeste no Estado de São Paulo, as hidrovias do Rio Madeira e do Rio Tapajós, as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio em Rondônia e Belo Monte no Pará, entre outras. Todas são obras de infraestrutura e integração que estão modificando territorialidades clássicas na Amazônia e com isso provocando inúmeros impactos sócioambientais.

Os eixos estratégicos de logística se tornaram novos elementos de organização do espaço no âmbito do capitalismo. A inserção do capital não ocorre mais nas unidades político-administrativas clássicas (regiões, estados e municípios), que deram lugar a uma nova unidade político-territorial, a uma nova geopolítica, que passa a ter como elemento fundante as obras de infraestrutura e integração. Atualmente, são as rodovias, ferrovias, hidrovias, geração e transmissão de energia,

entre outros, os elementos capazes de re-organizar o espaço de acordo com uma lógica territorial nacional/global.

A nova racionalidade criada pelos atores hegemônicos a partir da re-organização do espaço na Amazônia, ocorre sob a modernização do meio técnico-científico informacional e promove a expansão da fronteira agrícola. Com isso, novas redes são estabelecidas, aumentando os fluxos e tornando mais fluidas as relações sociais e econômicas, resultando na compressão da relação espaço-tempo. Portanto, será necessário continuar estabelecendo novas análises do processo de transformação sócioespacial em curso na fronteira agrícola, assim como encontrar novos aportes teórico-conceituais capazes de abranger essa dinâmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. 112p.

_____. Por um redescobrimento do Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio. **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. p.11-23.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 304p.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006. 200p.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.141-162.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.165-205.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396p.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica. In: SANTOS, Milton. [et al.] **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2002. p.109-121.

_____. **Redes Políticas e Recomposição do território**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. 198p.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000. 175p.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 368p.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de poder & territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX**. São Paulo: UFSCar, 2000. 200p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p.

_____. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton. [et al.] **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2002. p.282-312.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. (Org.) **Redes políticas territoriais:** estratégias, conflitos e violência. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2011. 152p.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Org.) **Redes, sociedades e territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p.215-255.